



SEÇÃO TEMÁTICA

**Vozes que libertam, corpos que resistem: gênero e liderança estudantil como práxis política na Educação Profissional e Tecnológica**

Adriano Ferreira de Melo, *Instituto Federal da Paraíba*

José Washington de Moraes Medeiros, *Instituto Federal da Paraíba*

Resumo. O artigo analisa as relações entre gênero e liderança como dimensões da práxis política de dirigentes estudantis na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), tendo como campo empírico o Instituto Federal da Paraíba (IFPB). Fundamentada no materialismo histórico-dialético, a pesquisa articula autores como Freire (2019), Saviani (2008), Bourdieu (1997, 2011, 2012, 2014), Fraser (2013, 2023) e Butler (2003, 2018) para compreender como poder, patriarcado e colonialidade moldam as experiências de representação discente. De abordagem mista, utiliza questionários e narrativas de lideranças estudantis de diversos campi do IFPB, analisadas segundo Bardin (2016). Os resultados revelam que, embora os grêmios e coletivos estudantis constituam espaços de crítica e resistência, persistem desigualdades de gênero, raça e classe que restringem a legitimidade das lideranças subalternizadas. Conclui-se que as juventudes da EPT afirmam-se como sujeitos políticos de transformação, orientando-se por uma formação omnilateral, emancipatória e comprometida com a radicalização democrática da escola pública.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Liderança estudantil. Educação profissional e tecnológica. Emancipação. Práxis Política.

Introdução

Nas sociedades contemporâneas, marcadas por assimetrias históricas persistentes e pela reprodução articulada de matrizes patriarcais, coloniais e capitalistas de dominação, consolida-se uma racionalidade social que subordina a vida coletiva à gramática da eficiência, do cálculo e da performatividade. Tal racionalidade, hegemonizada no contexto do capitalismo neoliberal, extrapola o domínio estritamente econômico e infiltra-se nos campos da cultura, da política e da produção de subjetividades, reordenando valores, temporalidades e formas de pertencimento social. Conforme analisa Habermas (2012), esse movimento pode ser compreendido como um processo de colonização do mundo da vida, no qual sistemas orientados pelo dinheiro e pelo poder passam a regular esferas que deveriam permanecer ancoradas na comunicação intersubjetiva, na reciprocidade simbólica e na deliberação democrática. Nesse contexto, o humano tende a ser reduzido à condição de recurso, o conhecimento é progressivamente mercantilizado e a educação reconfigurada como dispositivo de ajuste funcional às exigências do mercado.

No campo educacional, essa racionalidade manifesta-se na intensificação da tecnificação curricular, na centralidade atribuída às competências instrumentais e na primazia conferida a dispositivos de mensuração, controle e avaliação padronizada. A formação passa a ser concebida sob o signo da utilidade imediata, orientada à empregabilidade e à adaptabilidade, em detrimento da constituição de sujeitos reflexivos, eticamente implicados e politicamente autônomos. Ao aderir a essa lógica, a escola corre o risco de converter-se em instância de legitimação da ordem social vigente, naturalizando desigualdades estruturais e reproduzindo hierarquias de classe, gênero e raça sob a aparência de neutralidade pedagógica e de meritocracia.

A contribuição de Bourdieu e Passeron (2014), nesse aspecto, revela-se decisiva para a compreensão dos mecanismos simbólicos que sustentam a reprodução das desigualdades no interior das instituições escolares. Ao formularem o conceito de violência simbólica, os autores demonstram que as formas mais eficazes de dominação não operam por meio da coerção explícita, mas pela imposição de significados, disposições e esquemas de percepção que se apresentam como naturais,

universais e legítimos. No espaço escolar, essa violência manifesta-se quando a arbitrariedade cultural das classes dominantes é transfigurada em critério neutro de excelência, mérito e competência, produzindo sujeitos que incorporam, como evidência do mundo social, as condições históricas de sua própria subordinação. Trata-se de um processo no qual a dominação se exerce com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem, precisamente porque seus fundamentos simbólicos permanecem ocultos sob a aparência de neutralidade pedagógica. Como explicitam os autores:

A violência simbólica é essa violência suave, insensível e invisível para suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. Ela se funda na adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante, uma vez que não dispõe, para pensá-la e para se pensar, senão de instrumentos de conhecimento que partilha com ele e que, sendo produto da dominação, fazem essa dominação parecer natural. (Bourdieu; Passeron, 2014, p. 25)

Essa leitura crítica da escola como instituição atravessada por relações de poder impõe reconhecê-la como um campo político. Longe de constituir um espaço neutro de transmissão de saberes, a educação configura-se, conforme Gramsci (2000), como terreno estratégico da disputa pela hegemonia no interior da sociedade civil, no qual se confrontam projetos societários, concepções de humanidade e diferentes regimes de legitimação do conhecimento. A escola, nessa perspectiva, é simultaneamente espaço de conservação e de possibilidade: pode operar como engrenagem da reprodução social ou como locus de resistência e transformação, a depender das correlações de força que se estabelecem entre sujeitos, práticas e saberes.

É nesse espaço tensionado que emergem as práticas estudantis de organização e liderança, as quais assumem estatuto de experiências formativas eminentemente políticas. Ao interpelarem as estruturas institucionais, tais práticas constituem arenas de experimentação democrática, nas quais as juventudes constroem pertencimentos coletivos, elaboram solidariedades e ensaiam formas de participação que extrapolam o âmbito escolar, projetando-se na esfera pública. A representação discente, portanto, não se reduz a um exercício

administrativo ou protocolar, mas configura-se como locus privilegiado de disputa simbólica, reconhecimento social e produção de subjetividades políticas.

Nesse cenário, a categoria gênero assume centralidade analítica incontornável. Conforme argumenta Connell (2015), o gênero opera como uma estrutura relacional de poder que organiza práticas sociais, distribui recursos simbólicos e materiais e define posições de autoridade e subalternidade. Tal compreensão evidencia que as desigualdades de gênero não se restringem à esfera econômica, mas atravessam os regimes de visibilidade, legitimidade e reconhecimento, condicionando o acesso diferenciado aos espaços de decisão e liderança. Butler (2018), ao problematizar os processos de normatização dos corpos e das identidades, contribui para compreender como determinadas presenças políticas são reiteradamente desautorizadas ou tornadas inteligíveis apenas de maneira precária.

Segato (2021) aprofunda essa leitura ao denunciar a persistência de uma pedagogia da crueldade que sustenta o patriarcado em escala global, produzindo hierarquias entre corpos, saberes e modos de existência. Para a autora, as violências de gênero operam como pedagogias do poder, dispositivos reiterativos que ensinam quem pode ocupar o espaço público, exercer autoridade e produzir sentido, e quem deve ser relegado à marginalidade e ao silêncio. Essa abordagem evidencia que a desigualdade é simultaneamente material, simbólica e epistemológica, sendo continuamente reproduzida nas instituições sociais, inclusive no interior dos sistemas educativos.

À luz desse arcabouço teórico, insere-se o presente estudo, desenvolvido no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq-IFPB), cujo objetivo é analisar as relações entre gênero e liderança estudantil enquanto práxis política emancipatória. Parte-se da hipótese de que, embora a representação discente no Instituto Federal da Paraíba se configure como espaço potencial de formação crítica e engajamento coletivo, ela é atravessada por tensões estruturais de gênero, raça e classe que modulam as experiências políticas das juventudes e impõem limites à participação plena de sujeitos historicamente subalternizados.

A questão que orienta esta investigação pode ser formulada nos seguintes termos: como se configuram as relações entre gênero e liderança na práxis política de representantes estudantis na Educação

Profissional e Tecnológica, particularmente no IFPB? Enfrentar essa problemática implica examinar as dinâmicas de dominação, resistência e reconhecimento que se manifestam nos espaços de poder estudantil, bem como compreender de que modo as práticas de liderança podem contribuir para a constituição de uma cultura democrática substantiva, fundada na igualdade política, no reconhecimento das diferenças e na ampliação das vozes historicamente silenciadas no interior da educação pública brasileira.

Gênero, poder e colonialidade: fundamentos críticos da emancipação

A reflexão sobre gênero, poder e emancipação no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) exige reconhecer que as formas contemporâneas de dominação não constituem resíduos arcaicos de um passado superado, mas expressões ativas e continuamente reconfiguradas de um modelo civilizatório excludente, sustentado pela articulação estrutural entre patriarcado, colonialismo e capitalismo. Conforme demonstram Quijano (2005) e Lugones (2008), a colonialidade do poder não se restringe à dominação política formal, mas institui uma matriz durável de hierarquizações que organiza as relações econômicas, os regimes de conhecimento, os corpos e os modos socialmente legítimos de existência. Essa gramática colonial permanece operante como fundamento das desigualdades contemporâneas e reinscreve-se nos currículos, nas práticas pedagógicas e nos dispositivos institucionais de reconhecimento.

No campo específico da EPT, essa herança manifesta-se na primazia conferida a saberes técnico-instrumentais frequentemente descolados de suas determinações históricas, sociais e culturais, em detrimento de conhecimentos populares, femininos, negros e indígenas, sistematicamente desautorizados pela racionalidade moderna eurocentrada. Mignolo (2008; 2017) analisa esse processo como parte da lógica da colonialidade do saber, por meio da qual determinados regimes epistêmicos são universalizados enquanto outros são silenciados ou desqualificados. O currículo, longe de constituir um artefato neutro, assume, assim, estatuto eminentemente político, ao estabelecer fronteiras entre saberes legítimos e ilegítimos e ao definir quem pode ensinar, aprender e produzir conhecimento reconhecido socialmente.

A colonialidade não opera apenas pela dominação econômica ou política, mas sobretudo pela imposição de uma epistemologia que se apresenta como universal, ao mesmo tempo em que desqualifica outras formas de conhecimento como locais, primitivas ou irrelevantes. Descolonizar o saber implica desobedecer epistemicamente e abrir espaço para outros modos de conhecer e existir. (Mignolo, 2017, p. 14)

A educação inscreve-se, portanto, em um campo de disputas simbólicas no qual se refletem e se reproduzem as assimetrias sociais. Conforme analisa Bourdieu (2011), o espaço escolar constitui-se como campo de lutas pela produção, acumulação e legitimação de capitais econômicos, culturais e simbólicos, assegurando a reprodução das elites e a naturalização das hierarquias sociais. A violência simbólica opera precisamente ao converter arbitrariedades históricas em universais aparentemente neutros, induzindo os sujeitos subalternizados a reconhecerem como legítima a lógica de sua própria exclusão. Dessa forma, desigualdades de gênero, raça e classe não apenas persistem no espaço educativo, mas são frequentemente ressignificadas como expressão de mérito individual e competência técnica.

Essa engrenagem adquire contornos específicos quando atravessada pela categoria gênero, aqui compreendida como estrutura relacional de poder e não como mero marcador identitário. Scott (1995) propõe entender o gênero simultaneamente como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos e como forma primária de significação das relações de poder. Tal formulação desloca o debate do plano biológico para o simbólico e o político, evidenciando que as assimetrias entre masculinidades e feminilidades são construções históricas reiteradas por instituições, discursos e práticas sociais.

Butler (2022), ao retomar o conceito de performatividade, aprofunda essa crítica ao demonstrar que as normas de gênero se materializam por meio de repetições compulsórias que produzem corpos inteligíveis segundo expectativas sociais de coerência e legitimidade. O gênero, nessa perspectiva, não é uma essência estável, mas uma prática reiterada, permanentemente exposta à possibilidade de deslocamento e subversão. Essa leitura mostra-se particularmente fecunda para a análise da liderança estudantil, campo no qual as performances de autoridade,

fala pública e tomada de decisão são atravessadas por expectativas generificadas que definem quem pode liderar, quem é escutado e quem é sistematicamente silenciado.

O patriarcado, enquanto sistema histórico de dominação masculina, encontra no capitalismo um aliado estrutural. Federici (2017) demonstra que a acumulação primitiva não se limitou à expropriação de terras e bens, mas implicou o controle dos corpos femininos, da sexualidade e da reprodução social. A consolidação da divisão sexual do trabalho naturalizou a subordinação das mulheres ao espaço doméstico e desvalorizou suas contribuições econômicas e simbólicas. Essa lógica, ainda que reconfigurada, persiste nas instituições educacionais e no mundo do trabalho, onde as mulheres seguem sub-representadas nos espaços de decisão, poder e liderança.

No contexto da EPT, a presença feminina enfrenta obstáculos sobrepostos: de um lado, o estigma das áreas técnicas como territórios masculinizados; de outro, a resistência institucional em reconhecer mulheres como protagonistas da produção científica e tecnológica. Bento (2014) observa que a masculinidade hegemônica opera como norma silenciosa que define padrões de racionalidade, autoridade e liderança, invisibilizando outras formas de existência e atuação. Connell (2005) acrescenta que essa masculinidade normativa não se impõe pela coerção explícita, mas por sua capacidade de organizar o campo das masculinidades subordinadas em torno de um ideal de poder, controle e autocontenção emocional.

A intersecção entre gênero e raça aprofunda ainda mais essas hierarquias. Hooks (2019) e Gonzalez (2020) alertam que análises de gênero desarticuladas da dimensão racial tendem a universalizar a experiência das mulheres brancas, obscurecendo as múltiplas opressões que incidem sobre mulheres negras, periféricas e racializadas. O feminismo interseccional, formulado por Crenshaw (2002), evidencia que as desigualdades só podem ser plenamente compreendidas quando se consideram os entrecruzamentos entre gênero, raça, classe, sexualidade e geração. Tal abordagem revela-se indispensável para o estudo da liderança estudantil na EPT, cujas trajetórias são atravessadas por múltiplos vetores de subalternização.

Fraser (2023) contribui para esse debate ao sustentar que as lutas por justiça social exigem a articulação indissociável entre redistribuição, reconhecimento e representação. As dimensões materiais e simbólicas da

desigualdade não podem ser tratadas de forma dissociada. No campo educacional, isso implica reconhecer que políticas de acesso e permanência apenas produzirão efeitos emancipatórios quando acompanhadas de transformações culturais, simbólicas e institucionais profundas. Democratizar a EPT significa, portanto, assegurar não apenas o ingresso, mas o reconhecimento pleno e a valorização dos sujeitos em sua diversidade.

Essa perspectiva converge com a pedagogia freireana, que concebe a educação como prática ética e política. Freire (2019) afirma que toda ação educativa envolve uma escolha fundamental: serve à domesticação ou à libertação. A conscientização, entendida como leitura crítica do mundo, constitui o eixo de uma educação comprometida com a emancipação. No âmbito da EPT, isso implica compreender o trabalho não como mero instrumento produtivo, mas como princípio educativo (Saviani, 2008; Frigotto, 2010), capaz de articular técnica, ciência e política na formação integral.

Saviani (2008) sustenta que o trabalho é categoria ontológica fundante da existência humana e que sua apreensão crítica é condição para a educação omnilateral, aquela que integra o fazer e o pensar. Frigotto (2010) acrescenta que a formação omnilateral rompe com a fragmentação entre saber técnico e formação humana, articulando ciência, cultura e política como dimensões indissociáveis do processo educativo. Em oposição à formação unilateral, orientada à adaptação funcional ao capital, a educação omnilateral afirma a autonomia e a emancipação como horizonte histórico.

Compreender gênero e liderança na EPT, portanto, implica ultrapassar análises meramente quantitativas de participação e examinar os modos pelos quais o poder circula, se legitima e é contestado. A emancipação não se apresenta como ponto de chegada, mas como processo permanente de resistência, criação e reinvenção do comum, no qual os sujeitos se reconhecem como produtores da história, e não como seus objetos. Ancorada em uma pedagogia emancipatória e decolonial, a EPT afirma-se, assim, como espaço estratégico de refundação democrática e de reativação da esperança coletiva.

Metodologia: fundamentos, procedimentos e abordagem da pesquisa

A produção de conhecimento comprometido com a transformação social exige compreender o método não como um conjunto neutro de técnicas, mas como uma escolha ética, epistemológica e política. Na tradição da pesquisa crítica, o método expressa o posicionamento do pesquisador diante da realidade investigada, reconhecendo que todo ato de conhecer é, simultaneamente, um ato de implicação no mundo social. Como indicam Kosik (1976) e Saviani (2008), a investigação científica não se limita à descrição do real, mas participa de seu desvelamento histórico e de sua potencial transformação.

Ancorada na perspectiva crítico-dialética e no materialismo histórico, esta pesquisa compreende a realidade educacional como processo histórico em permanente movimento, atravessado por contradições estruturais de classe, gênero, raça e poder. O método, nesse horizonte, não se reduz a um roteiro formal de procedimentos, mas constitui um percurso reflexivo que articula teoria e empiria, permitindo apreender o real em sua complexidade e historicidade. Conforme afirma Kosik (1976), a dialética representa o retorno do pensamento ao concreto, entendido não como dado imediato, mas como totalidade viva das relações sociais, marcada por mediações e conflitos.

A investigação foi desenvolvida entre os anos de 2023 e 2025, no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq–IFPB), vinculada à linha de pesquisa Trabalho, Educação e Emancipação. Adotou-se uma abordagem mista, de natureza qualitativa e quantitativa, conforme os aportes metodológicos de Richardson (2000) e Minayo (2001), com o objetivo de apreender tanto dimensões objetivas da participação estudantil, como distribuição por gênero, instâncias de representação e frequência de participação, quanto os significados subjetivos atribuídos às experiências políticas, às práticas de liderança e às formas de resistência. No plano epistemológico, a pesquisa dialoga com a racionalidade comunicativa de Habermas (2004), ao assumir a produção do conhecimento como processo intersubjetivo, orientado pela argumentação, pelo reconhecimento mútuo e pela possibilidade de emancipação dos sujeitos envolvidos.

De natureza explicativa e sociológica, o estudo concentrou-se na análise das práticas, representações e estruturas simbólicas que

atravessam a liderança estudantil na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). O universo empírico compreendeu estudantes representantes dos níveis técnico, superior e de pós-graduação, vinculados a diferentes instâncias de organização estudantil do Instituto Federal da Paraíba, tais como grêmios estudantis, centros acadêmicos, diretórios centrais e representações em colegiados institucionais. A diversidade territorial, social e institucional dos 21 campi do IFPB possibilitou identificar tanto regularidades estruturais quanto singularidades locais nas dinâmicas de participação e resistência.

O principal instrumento de coleta de dados foi um questionário de natureza mista, contendo questões fechadas e abertas, aplicado no período de 2023 a 2024. Esse instrumento foi complementado por análise documental, incluindo o Regimento Interno do IFPB, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2023–2027) e as diretrizes da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), com o objetivo de contextualizar normativamente a participação discente. A aplicação do questionário ocorreu de forma híbrida, presencial e on-line, de modo a respeitar a diversidade geográfica dos campi e ampliar o alcance da pesquisa, assegurando adesão voluntária, anonimato e confidencialidade dos participantes, em conformidade com a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Os dados quantitativos foram organizados, tabulados e analisados por meio de estatística descritiva, permitindo a visualização de tendências e padrões gerais. As respostas abertas foram examinadas à luz da análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), estruturada em três momentos: pré-análise, exploração do material e tratamento interpretativo dos resultados. A partir desse processo, emergiram categorias analíticas centrais, dentre as quais se destacam: (a) modalidades de acesso às posições de liderança; (b) experiências de gênero e regimes de visibilidade política; (c) barreiras simbólicas e estruturais à participação; e (d) sentidos atribuídos à práxis política e à emancipação estudantil.

A pesquisa observou rigor ético e científico em todas as etapas, assegurando consentimento informado, sigilo das informações e análise agregada dos dados. A reflexividade, conforme proposta por Bourdieu (1997), foi assumida como princípio metodológico, reconhecendo que o pesquisador é parte constitutiva do campo investigado e que sua posição social, institucional e política incide sobre o processo de produção do

conhecimento. Embora a heterogeneidade institucional e territorial limite generalizações, o estudo apresenta densidade interpretativa e amplitude analítica, ao articular dados empíricos e referenciais teóricos para compreender a complexidade das trajetórias políticas juvenis.

Dessa forma, a metodologia adotada reafirma o compromisso de uma investigação crítica e socialmente implicada, orientada não apenas à compreensão da realidade, mas à sua transformação. Investigar, nesse horizonte, significa compreender para intervir e intervir para emancipar, articulando conhecimento científico, práxis política e compromisso ético com a democratização da educação pública.

Resultados e discussão

A organização estudantil configura-se, historicamente, como uma das expressões mais consistentes da luta juvenil pela democratização da educação no Brasil. Desde a década de 1930, entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e os grêmios estudantis têm desempenhado papel central nas disputas políticas e na formação da consciência crítica das juventudes. Essa trajetória histórica projeta-se também no campo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), especialmente nos Institutos Federais, onde a presença das entidades estudantis expressa, simultaneamente, a continuidade dessa tradição e a emergência de novas formas de militância, representação e resistência política (Boutin; Flach, 2021).

No Instituto Federal da Paraíba (IFPB), os dados da pesquisa indicam que a existência de instâncias de representação discente é relevante, embora distribuída de maneira desigual entre os campi. O Diretório Central dos Estudantes (DCE) apresenta atuação consolidada em aproximadamente 70% das unidades investigadas, sendo reconhecido como o principal espaço de articulação política em âmbito institucional. Os grêmios estudantis, mais associados aos cursos técnicos integrados ao ensino médio, encontram-se presentes em cerca de 38% dos campi, enquanto os Conselhos de Representantes de Turma (CRTs) aparecem em apenas 5% das unidades analisadas. Os CRTs constituem instâncias de representação de base, formadas por estudantes eleitos em cada turma, cuja função central seria mediar demandas cotidianas do

corpo discente junto às coordenações e à gestão dos campi, fortalecendo a participação política no nível mais imediato da vida escolar.

Essa assimetria organizativa evidencia que, embora haja um arcabouço normativo que reconhece a participação discente, sua efetivação concreta é atravessada por desigualdades territoriais, institucionais e simbólicas. Campi com maior tradição política concentram lideranças mais estáveis e níveis mais elevados de engajamento, ao passo que unidades menores e interioranas enfrentam obstáculos relacionados à baixa mobilização, à escassez de apoio institucional e à descontinuidade das gestões estudantis. Em termos gramscianos, pode-se afirmar que a hegemonia participativa no IFPB permanece em disputa, tensionada entre as estruturas formais da instituição e a capacidade das juventudes de constituírem uma vontade coletiva organizada.

A presença formal de entidades, contudo, não assegura, por si só, a existência de uma cultura política efetivamente participativa. Conforme observa Putnam (2000), o capital social, constituído por redes de confiança, reciprocidade e cooperação é condição indispensável para a vitalidade democrática. No contexto da EPT, o fortalecimento dessas redes depende não apenas do engajamento dos estudantes, mas também de políticas institucionais que promovam a escuta ativa, a autonomia organizativa e o reconhecimento simbólico da participação discente como dimensão formativa.

Fraser (2023) aprofunda essa análise ao sustentar que a justiça democrática exige a articulação entre redistribuição de recursos, reconhecimento das diferenças e representação paritária nas instâncias de poder. Quando essa tríplice dimensão não é assegurada, produz-se o que a autora denomina “injustiça de representação”, situação na qual determinados grupos permanecem sistematicamente excluídos das arenas decisórias e dos processos de produção de sentido. Como afirma a autora:

A paridade participativa, isto é, a possibilidade de todos os sujeitos interagirem como pares nas esferas públicas, é a condição básica da democracia. Onde o reconhecimento é negado ou a representação é desigual, não há cidadania plena, mas uma democracia mutilada (Fraser, 2023, p. 57).

Os resultados empíricos corroboram esse diagnóstico. Em diversos campi, as entidades estudantis funcionam de modo intermitente, impactadas por fatores como burocratização excessiva, ausência de espaços físicos adequados, sobrecarga acadêmica e desvalorização simbólica da atuação política discente. Esse cenário revela uma tensão estrutural própria da EPT: a convivência entre um projeto formativo de inspiração emancipatória, ancorado no trabalho como princípio educativo, e uma racionalidade tecnocrática que tende a subordinar a escola às demandas produtivas imediatas.

Apesar dessas limitações, emergem experiências criativas e inovadoras de reorganização estudantil. Diversos participantes relataram processos de reativação de grêmios após períodos de inatividade, mobilizando a comunidade acadêmica em torno de pautas culturais, ambientais e sociais. Tais iniciativas, ainda que localizadas, expressam uma repolitização das juventudes e a retomada de práticas de solidariedade e engajamento coletivo. Tarrow (2018) define esse tipo de ação como “repertórios de confronto”, estratégias por meio das quais grupos subalternizados reconstroem a ação coletiva em contextos de retração democrática ou crise institucional.

Esses movimentos adquirem relevância ampliada quando protagonizados por jovens mulheres, pessoas negras e sujeitos LGBTQIAPN+, que introduzem no cotidiano escolar novas linguagens políticas e agendas voltadas à diversidade, à justiça de gênero e à equidade social. Ao desafiar a masculinidade hegemônica historicamente dominante nos espaços de poder, essas lideranças inauguram modos alternativos de fazer política, marcados por maior horizontalidade, afetividade e cooperação, ressignificando o próprio sentido da representação estudantil (Biroli, 2018; Butler, 2022).

Os resultados indicam, portanto, que o movimento estudantil no IFPB não se limita à reprodução de estruturas herdadas, mas se reinventa continuamente como espaço de experimentação democrática e formação política. Nessa dinâmica, a liderança extrapola a função representativa estrita e assume dimensão formativa, ética e existencial. Como lembra Freire (2019; p.90):

A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate, a análise da realidade e o desvelamento do mundo. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa.

A presença, ainda que desigual, das entidades estudantis configura-se, assim, como território de resistência frente à racionalidade tecnocrática e ao autoritarismo simbólico que ameaçam o sentido público da educação. O movimento estudantil na EPT, em sua pluralidade e potência, reafirma a escola como espaço de luta, criação e reinvenção democrática, no qual as juventudes se constituem como sujeitos históricos, produtores de sentido e portadores de esperança.

Percursos de acesso à liderança estudantil: modalidades, sentidos e legitimações

Os dados empíricos sinalizam a existência de múltiplas modalidades de acesso à liderança estudantil, organizadas em torno de quatro eixos centrais: (a) atributos individuais, como responsabilidade, organização e capacidade de diálogo; (b) continuidade de trajetórias anteriores, especialmente entre estudantes com histórico de participação em grêmios ou movimentos sociais em suas escolas de origem; (c) necessidade institucional, associada à ausência ou à inatividade de entidades representativas; e (d) reconhecimento coletivo, expresso por meio de indicação entre pares ou eleição democrática.

Esses percursos não apenas descrevem formas distintas de ingresso na liderança, mas revelam também diferentes estratégias de legitimação política. No primeiro eixo, sobressai a lógica meritocrática, que associa liderança a qualidades pessoais, frequentemente desconsiderando as condições estruturais que possibilitam ou restringem o engajamento. Nos eixos relacionados à continuidade militante e à carência institucional, a liderança emerge como resposta ética à ausência de representação, enquanto, no reconhecimento coletivo, o capital simbólico derivado da confiança dos pares assume papel central (Bourdieu, 2011).

A natureza híbrida desses trajetos confirma que a liderança estudantil constitui um campo relacional, no qual se entrecruzam vocação individual, ativismo coletivo e oportunidades políticas. Conforme argumenta Tarrow (2009), sujeitos coletivos tendem a emergir em “janelas de oportunidade” abertas por crises, ausências ou enfraquecimento institucional. No caso do IFPB, períodos de

desmobilização e lacunas representativas funcionaram como gatilhos para a emergência de novas lideranças, como ilustra o seguinte relato: “Através da necessidade de reerguer o Centro Acadêmico de Biologia, que estava inativo, senti que alguém precisava assumir essa responsabilidade.” (Estudante Aurora, 2025)

Outro depoimento reforça a centralidade da inconformidade como motor da ação política, evidenciando que a liderança não se constitui como privilégio, mas como resposta à exclusão e ao silenciamento: “Decidi entrar no movimento estudantil porque estava inconformada com a situação em que o curso se encontrava e sentia que precisávamos ter voz.” (Estudante Violeta, 2025)

Essas narrativas revelam que o impulso para liderar nasce, frequentemente, da percepção de injustiça e da ausência de canais institucionais de escuta, convertendo o engajamento estudantil em prática política reativa e, ao mesmo tempo, criadora.

Gênero, reconhecimento e disputa simbólica na liderança

A análise dos relatos revela que gênero e reconhecimento operam como dimensões decisivas na legitimação das lideranças. Estudantes mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ relatam, com recorrência, experiências de deslegitimação simbólica, manifestas em interrupções, questionamentos reiterados e desvalorização de suas propostas. Tais experiências confirmam a análise de Butler (2003) acerca da performatividade do gênero: quando corpos dissidentes ocupam lugares de autoridade, sua atuação tende a ser percebida como deslocada ou inadequada.

Essa tensão aparece de forma explícita em falas que associam liderança à luta por visibilidade e respeito: “No movimento estudantil, minha identidade de gênero fortalece minha liderança, mas ao mesmo tempo faz com que eu seja mais questionada.” (Estudante Íris, 2025)

Nesse contexto, a resistência assume caráter duplo: confronta tanto a hierarquia institucional quanto o imaginário patriarcal que naturaliza a autoridade masculina. Ainda assim, é nesse mesmo espaço que emergem práticas solidárias de reinvenção política, baseadas em redes de apoio, formação coletiva e horizontalidade decisória.

Fraser (2013) denomina esse movimento de reconhecimento recíproco, no qual a igualdade substantiva não se constrói pela

homogeneização, mas pela validação das diferenças. A liderança estudantil, nesse horizonte, desloca-se da ocupação formal de cargos para a transformação das próprias formas de exercer o poder.

Juventudes e interseccionalidades: gênero, raça e classe nas práticas de liderança

O perfil das lideranças estudantis investigadas exprime a heterogeneidade constitutiva da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), atravessada por múltiplas pertencas sociais e por trajetórias marcadas por desigualdades estruturais. Predomina a faixa etária entre 15 e 20 anos (76,9%), compatível com a composição típica dos cursos técnicos integrados ao ensino médio. Todavia, conforme argumenta Dayrell (2003), a juventude não se reduz a um recorte biológico-etário: trata-se de uma condição social e cultural historicamente situada, conformada por disputas de classe, gênero, raça e território. Tal chave interpretativa desloca o foco do dado etário para as condições efetivas de participação política e para os mecanismos institucionais, formais e informais, que regulam o acesso aos espaços de decisão.

Dessa forma, a caracterização sociodemográfica do questionário oferece maior precisão ao delineamento do universo empírico e reforça a pertinência de uma leitura interseccional da liderança estudantil. No marcador de gênero, observa-se que 69,2% dos respondentes se autodeclararam mulheres cisgênero, 26,9% homens cisgênero e 3,8% pessoa não binária. No marcador étnico-racial, 61,5% se identificam como pretas e/ou pardas, 34,6% como brancas e 3,8% registraram categoria não informada/não válida. Lidos em conjunto, esses dados indicam a presença expressiva de mulheres e a centralidade de juventudes negras na composição das lideranças consultadas, deslocando qualquer interpretação neutralizante sobre “perfil” e evidenciando que reconhecimento, legitimidade e exercício da autoridade simbólica são socialmente distribuídos.

Embora haja presença majoritária de mulheres entre os respondentes, a experiência feminina na liderança permanece atravessada por barreiras persistentes. As estudantes relataram dinâmicas recorrentes de deslegitimação simbólica, responsabilização excessiva e escrutínio contínuo de sua autoridade política. Nesse sentido,

a estudante Rafa (2025) afirma que, em vivências anteriores de liderança, “sempre era questionada e acusada por ser mulher; tudo que acontecia ao meu redor era colocado como culpa minha, por eu ser a única mulher”. O relato explicita como, mesmo quando ocupam formalmente posições de representação, as jovens são frequentemente submetidas a regimes diferenciados de avaliação e suspeição, tensionando sua permanência e seu desempenho nos espaços decisórios.

Essas dinâmicas dialogam com o que Lerner (2019) denomina sistema de autoridade masculina, uma gramática histórica que naturaliza a centralidade do masculino na esfera pública e reitera práticas de vigilância, desqualificação e controle sobre as mulheres. Assim, a inclusão formal não equivale, necessariamente, a reconhecimento substantivo: a atuação feminina tende a demandar esforços adicionais de validação, produzindo sobrecarga simbólica e desigualdade no exercício da representação estudantil.

Ao incorporar o marcador racial, as assimetrias se tornam mais agudas. Jovens mulheres negras relataram vivências moduladas por um movimento ambivalente entre a invisibilização de suas vozes e a hipervisibilidade estigmatizante de seus corpos, sobretudo quando ocupam posições de destaque. Ana Luyza assinala que sua identidade racial “dificulta o reconhecimento, mas ao mesmo tempo fortalece a conexão com pautas específicas”, especialmente aquelas vinculadas às ações afirmativas e à justiça social. Tal formulação traduz, simultaneamente, o caráter excludente da racialização e sua potência politizadora, na medida em que converte a experiência social do racismo em base para a organização de agendas coletivas.

Essa trama encontra ressonância em Mbembe (2018), ao compreender a racialização como tecnologia de poder capaz de hierarquizar vidas, saberes e formas legítimas de participação política. No contexto educacional, essa tecnologia incide sobre quem pode falar, ser ouvido e ser reconhecido como liderança legítima, produzindo silenciamentos seletivos e disputas assimétricas por autoridade simbólica.

Paradoxalmente, é a partir dessas condições de subalternização que emergem práticas de resistência ativa. Lideranças negras e periféricas mobilizam suas experiências como potência política, reconfigurando a própria noção de liderança estudantil. A discente Aysha (2025) afirma que “ter conhecimento e consciência do seu lugar e

de onde você pode e deve ocupar espaço dentro da sociedade é extremamente importante”, pois essa consciência permite transformar iniciativas individuais em processos coletivos de mudança. Trata-se de uma liderança ancorada na formação crítica, na consciência histórica e na ação coletiva, em oposição a modelos tradicionais assentados na verticalização do poder e na reprodução de hierarquias.

As juventudes LGBTQIAPN+ também se afirmam como agentes de transformação institucional. Para parte dos participantes, o ingresso em coletivos de diversidade constituiu via privilegiada de aproximação com a política estudantil, compreendida como espaço de acolhimento, aprendizagem e construção identitária. A liderança estudantil Izzy (2025) sublinha que a discussão sobre gênero e sexualidade é central porque “promove respeito, combate preconceitos e contribui para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva”. Nesses espaços, a prática política articula vínculos afetivos, reconhecimento mútuo e experiências de cuidado coletivo, ampliando a compreensão do que conta como ação política e como participação democrática.

Essa dimensão aproxima-se do que hooks (2019) denomina política do amor, entendida como ética radical que articula afeto, compromisso coletivo e ação transformadora. Ao deslocar a política do registro estreito da racionalidade instrumental para o terreno das relações humanas e da vida partilhada, essas juventudes ampliam o repertório do movimento estudantil e tensionam concepções tradicionais de liderança, historicamente marcadas pela exclusão, pela verticalização do poder e pela negação das diferenças.

A juventude insurgente: entre o desencanto e a esperança

A juventude contemporânea encontra-se atravessada por uma tensão constitutiva entre o desencanto em relação às formas tradicionais da política e a emergência de práticas insurgentes de participação. Castells (2015) interpreta esse movimento como expressão de novas dinâmicas de ação coletiva em rede, nas quais a articulação entre o espaço presencial e o digital reconfigura os modos de engajamento público, ampliando repertórios de mobilização e produção de sentido. No âmbito do Instituto Federal da Paraíba, essa disposição manifesta-se em iniciativas voltadas à equidade de gênero, ao enfrentamento da violência

simbólica e à realização de ações solidárias em territórios periféricos, evidenciando que, mesmo em contextos institucionais marcados por limitações estruturais, as juventudes reinventam a participação política e produzem formas alternativas de intervenção democrática.

Essa forma de engajamento é percebida pelos próprios estudantes como prática pedagógica e ética, conforme sintetiza um dos depoimentos coletados: “Ser liderança não é mandar nos outros, é aprender a escutar e a lutar junto.” (Estudante Garoto Idealizador, 2025)

A fala ecoa diretamente a pedagogia freireana, segundo a qual ninguém se emancipa sozinho, mas em comunhão (Freire, 1996). A liderança, nessa chave, deixa de ser atributo individual ou cargo formal e passa a ser compreendida como construção coletiva, sustentada pelo diálogo, pela solidariedade e pela ação compartilhada.

A práxis política das juventudes na EPT revela-se, assim, como espaço de resistência e reinvenção democrática. Ao transformar o cotidiano escolar em arena de debate e criação, as lideranças estudantis reafirmam o potencial emancipador da educação pública e mantêm viva a esperança como categoria política fundamental, uma esperança que nasce da ação coletiva e que sustenta a possibilidade de uma escola democrática, plural e humanizadora.

Algumas considerações finais

A análise das relações entre gênero, liderança e emancipação política no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, tomando como campo empírico o Instituto Federal da Paraíba, permitiu evidenciar que a escola pública, quando atravessada por práticas democráticas e orientada pelo reconhecimento da diversidade, pode converter-se em território de resistência e de formação humana integral. Longe de constituir um espaço neutro, a instituição educativa revela-se como arena de disputas simbólicas e políticas, na qual se confrontam projetos de sociedade, concepções de democracia e diferentes modos de produção do humano.

Os resultados da pesquisa indicam que a liderança estudantil se configura como espaço privilegiado para a vivência da democracia e para a construção da consciência crítica, mas também como campo permeado por tensões, hierarquias e exclusões. Gênero, raça e classe permanecem operando como eixos estruturantes das relações de poder, delimitando

regimes de visibilidade, legitimidade e escuta nas instâncias decisórias. Todavia, é precisamente nesses interstícios de desigualdade que emergem experiências emancipatórias, nas quais jovens estudantes, especialmente mulheres, pessoas negras, periféricas e LGBTQIAPN+ afirmam-se como sujeitos políticos de direito e agentes de transformação institucional.

A investigação apontou que a participação estudantil não se constitui como fenômeno espontâneo ou naturalizado, mas como processo histórico, pedagógico e relacional, dependente tanto de condições objetivas, tais como apoio institucional, tempo, recursos materiais e espaços de organização, quanto de dimensões subjetivas, como autoestima, reconhecimento social e sentimento de pertencimento. Quando essas dimensões se articulam, a liderança ultrapassa a função representativa formal e se converte em práxis transformadora, capaz de tensionar estruturas cristalizadas e inaugurar novas formas de convivência democrática no cotidiano escolar.

Nesse horizonte, a Educação Profissional e Tecnológica assume papel estratégico singular. Ao articular formação científica, técnica e humanística, a EPT pode constituir-se como projeto civilizatório alternativo, comprometido com a solidariedade, a justiça social e a emancipação humana. Tal perspectiva exige a superação do paradigma produtivista restrito e o reconhecimento do trabalho não apenas como meio de sobrevivência, mas como categoria ontológica fundante da existência humana, mediação histórica entre o ser social e o mundo (Marx, 2011; Saviani, 2008).

A educação omnilateral, portanto, só se efetiva quando a escola se afirma como espaço de escuta, reconhecimento e valorização das múltiplas vozes que a constituem. Essa é a dimensão propriamente política da emancipação: formar não apenas para o desempenho técnico, mas para a vida em sua integralidade, para a participação cidadã e para a reinvenção crítica da sociedade. Trata-se de uma formação que integra o saber, o fazer e o agir ético, recusando a fragmentação entre técnica e humanidade.

As lideranças estudantis analisadas neste estudo expressam, em suas práticas, conflitos e contradições, o horizonte de uma juventude insurgente que se recusa ao silenciamento imposto pelas estruturas de dominação. Elas anunciam novas pedagogias da presença, do cuidado e da solidariedade, nas quais a política se manifesta não apenas como

disputa institucional, mas como compromisso coletivo, afeto e responsabilidade compartilhada pelo bem comum.

Em síntese, o estudo permite afirmar que:

- ✓ a Educação Profissional e Tecnológica detém potencial formativo e transformador singular, ainda que permaneça atravessada por desigualdades estruturais de gênero, raça e poder;
- ✓ o reconhecimento das diversidades constitui condição indispensável para a democratização efetiva da instituição e para a ampliação da participação política estudantil;
- ✓ a práxis estudantil pode configurar-se como instrumento de emancipação quando articulada à crítica social, à organização coletiva e à ação política consciente.

Compreender o movimento estudantil como práxis e resistência implica reconhecê-lo como embrião de uma educação libertadora, não aquela que adapta e domestica, mas a que problematiza, emancipa e transforma. Como afirma Freire (1996, p. 90), “a educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem”. No horizonte das juventudes da EPT, essa coragem se materializa na luta cotidiana contra o autoritarismo, o patriarcado e o racismo, e na afirmação da vida, da igualdade e da esperança como valores políticos fundamentais.

A emancipação, nesse sentido, não se apresenta como ponto de chegada, mas como travessia histórica permanente. Cada voz que se ergue nas assembleias, cada corpo que resiste nos corredores dos Institutos Federais, integra um movimento coletivo que reafirma a potência libertadora da juventude e o compromisso ético-político da escola pública com a transformação social.

Referências

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2014.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1997.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BOUTIN, Aldimara Catarina; FLACH, Simone Regina. Movimento estudantil e educação profissional: desafios e perspectivas. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, Natal, v. 1, n. 20, p. 1–19, 2021.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.
- CONNELL, R. W. **Masculinidades**. 2. ed. Berkeley: University of California Press, 2005.
- CONNELL, R. W. **Gênero em termos reais**. São Paulo: nVersos, 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171–188, 2002.

DAYRELL, Juarez. **O jovem como sujeito social**. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40–52, 2003.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FRASER, Nancy. **Redistribuição ou reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista**. São Paulo: Boitempo, 2013.

FRASER, Nancy. **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica**. São Paulo: Boitempo, 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2010.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**. São Paulo: Cultrix, 2019.

LUGONES, María. **Colonialidade e gênero**. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 9, p. 73–101, 2008.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2001.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales, Caracas, v. 10, n. 1, p. 117–125, 2005.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, 1995.

SEGATO, Rita Laura. **As estruturas elementares da violência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

TARROW, Sidney. **Power in movement: social movements and contentious politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

TARROW, Sidney. **The language of contention**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

Voices that liberate, bodies that resist: gender and student leadership as praxis politics in Professional and Technological Education

ABSTRACT: This article analyzes the relationship between gender and leadership as constitutive dimensions of the political praxis of student leaders within Vocational and Technological Education (VTE), taking the Federal Institute of Paraíba (IFPB) as the empirical field. Grounded in historical-dialectical materialism, the study draws on the contributions of Freire, Saviani, Bourdieu, Fraser, and Butler to understand how power structures, patriarchy, and coloniality shape student representation and influence recognition and redistribution processes within the institution. Employing a mixed-methods approach, it combines questionnaires and narrative accounts from student leaders across multiple campuses, analyzed through Bardin's (2016) content analysis technique. The findings indicate that, although student unions and collectives constitute spaces of political formation, critique, and resistance, gender, race, and class inequalities persist, limiting the visibility and legitimacy of subalternized leaderships. It concludes that the youth in VTE emerge as political subjects of social transformation, oriented toward an omnilateral, emancipatory education committed to gender equity and the democratic radicalization of public schooling.

KEYWORDS: Gender. Student leadership. Vocational and Technological Education. Emancipation. Political praxis.

Adriano FERREIRA DE MELO,
*Mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e
Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal da Paraíba (IFPB),
Campus João Pessoa. Membro do grupo de estudos e pesquisas em
gênero e sexualidade (LogunGen).
E-mail: adriano.melo@ifpb.edu.br*

José Washington DE MORAIS MEDEIROS,
*Doutor em Educação. Professor do Programa de Pós-graduação em
Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal da
Paraíba (IFPB), Campus João Pessoa. Coordenador do grupo de
estudos e pesquisas em gênero e sexualidade (LogunGen).
E-mail: jose-washington.medeiros@ifpb.edu.br*

Recebido em: 10/10/2025

Aprovado em: 31/01/2026